

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Jade Abud do Couto Silva

**A CARACTERIZAÇÃO DA BRANQUITUDE E SEU PAPEL
NA LUTA ANTIRRACISTA NO BRASIL**

Taubaté – SP

2021

Jade Abud do Couto Silva

**A CARACTERIZAÇÃO DA BRANQUITUDE E SEU PAPEL
NA LUTA ANTIRRACISTA NO BRASIL**

Trabalho de Graduação apresentado como
requisito parcial para conclusão do curso
de Psicologia na Universidade de Taubaté.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Cardozo
Severo.

Taubaté – SP

2021

JADE ABUD DO COUTO SILVA

**A CARACTERIZAÇÃO DA BRANQUITUDE E SEU PAPEL NA LUTA
ANTIRRACISTA NO BRASIL**

Trabalho de Graduação apresentado para
obtenção do Certificado de Graduação pelo
curso de Psicologia do Departamento de
Psicologia da Universidade de Taubaté.

Data: 19/11/2021

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Régis de Toledo Souza Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi
Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Universidade de Taubaté – UNITAU

S586i Silva, Jade Abud do Couto
A caracterização da branquitude e seu papel na luta antirracista no
Brasil
/ Jade Abud do Couto. – 2021.
54 f. : il.

Monografia (graduação) – Universidade de Taubaté,
Departamento de Psicologia, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Daniel Cardozo Severo, Departamento de
Psicologia.

1. Branquitude. 2. Racismo. 3. Relações raciais. 4.
Antirracismo. 5. Preconceito racial. I. Universidade de Taubaté.
Departamento de Psicologia. Curso de Psicologia. II. Título.

CDD- 153.15

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecário(a) Ana Beatriz Ramos – CRB-8/6318

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer meus pais por me apoiarem e me ajudarem de tantas formas nessa etapa da minha vida. Sou muito grata pela oportunidade de ter trilhado este caminho e estudado esse curso.

Agradeço meus tios Giselle e Luís, e minha prima/irmã Lívia.

Aos meus amigos e colegas de faculdade que me acompanharam nessa trajetória.

Ao meu companheiro Gabriel que está ao meu lado desde o início da universidade e que me mostra diariamente o valor de apoiar os projetos e sonhos da pessoa que se ama.

À minha sogra e amiga Geane Guimarães que me “aguentou” o semestre todo falando sobre a realização deste trabalho e me ajudou em todos esses processos.

Ao meu psicólogo Josué Lobato que me auxiliou tantas vezes nesse árduo trajeto em meio a tantas dúvidas em relação a minha capacidade pessoal e profissional. Agradeço o acolhimento, a escuta e as intervenções cuidadosas comigo.

A figuras tão importantes que impactaram diretamente meu trabalho: Marielle Franco, Criolo, Emicida, Sabotage, Gilberto Gil, Chico César, Nina Simone, Ella Fitzgerald, Lauryn Hill, Liniker, Djamilá Ribeiro, Lourenço Cardoso, Angela Davis, Paulo Freire, Thiago Ávila, Sabrina Fernandes, minhas amigas Victoria Souza e Renata Fernandes, Bob Nascimento, Ana Bock, Eduardo Marinho, Rita Von Hunty, entre outras diversas figuras importantes.

Aos meus professores tão especiais nessa trajetória que me moldaram e me ajudaram a me tornar uma profissional mais capacitada e humana. Obrigada Débora, Régis, Pedro Ivo, Daniel, Alberto, Fernanda, Raísa, Armando e Maria Emília. Vocês fizeram TODA a diferença no meu ensino.

Ao meu orientador Prof. Dr. Daniel Cardoso Severo, por sempre ter sido uma figura inspiradora. Aquele que trabalha ao lado da construção de um trabalho ético dentro do campo da psicologia. Obrigada Daniel por todo o apoio, auxílio e principalmente liberdade para exercer este trabalho.

Por fim, agradeço ao meu querido amigo Adan que todos os dias me ensina a ressignificar a dor. Adan, você me ensinou o valor de estar atento ao outro e que se perdoar é tão importante quanto se amar às avessas. Com você, aprendi a percorrer os caminhos apesar de tudo. Esse trabalho é por nós.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

Este trabalho trata de demonstrar a forma como a identidade racial branca, entendida aqui como branquitude, se manifesta em relação ao racismo na sociedade brasileira. Assim, o trabalho visa abordar a branquitude à fim de se desprender de uma perspectiva unilateral de que somente pessoas negras podem resolver o problema do racismo visto que este fenômeno ideológico deve ser combatido por todos. Dado que 56,2% das pessoas que moram no Brasil se declaram da raça preta ou parda e que nos setores referentes à educação, saúde, moradia, lazer e cultura há desvantagem de pessoas pretas em relação ao acesso desses direitos. Dessa forma, o objetivo é melhor compreender como a branquitude se comporta e quais as formas que este grupo pode se responsabilizar pela luta antirracista. Em relação a manifestação da branquitude na sociedade brasileira, foi possível apontar ao longo do trabalho aspectos que a caracterizam como, por exemplo, a fragilidade branca, a ideologia do branqueamento, o silêncio, a omissão e o pacto narcísico da branquitude e a neutralidade. Neste contexto a branquitude ficou entendida como uma posição social e racial marcada pela apropriação indébita de privilégios simbólicos e materiais e que deve se analisar à fim de se desconstruir para que ajude em uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Racismo. Branquitude. Relações raciais. Preconceito racial. Antirracismo.

ABSTRACT

The characterization of whiteness and its role in the anti-racist fight

This work tries to demonstrate how white racial identity, understood here as whiteness, manifests itself in relation to racism in Brazilian society. Thus, the work aims to address whiteness in order to detach from a unilateral perspective that only black people can solve the problem of racism since this ideological phenomenon must be fought by everyone. Given that 56.2% of people living in Brazil declared themselves to be black or mixed race and that in aspects related to education, health, housing, leisure and culture, there is a disadvantage of black people in terms of access to these rights. Thus, the objective is to better understand how whiteness behaves and what ways this group can take responsibility for the anti-racist struggle. Regarding the manifestation of whiteness in Brazilian society, it was possible to point out throughout the work aspects that characterize it, such as white fragility, the whitening ideology, silence, omission and the narcissistic pact of whiteness and neutrality. In this context, whiteness was understood as a social and racial position marked by the misappropriation of symbolic and material privileges, which must be analyzed in order to be deconstructed so that it helps in a more just and egalitarian society.

Keywords: Racism. Whiteness. Race relations. Racial prejudice. Anti-racism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	PROBLEMA	12
1.2	OBJETIVOS	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	13
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	13
1.5	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE GRAGUAÇÃO	14
2	REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1	CARACTERIZAÇÕES DA BRANQUITUDE	15
2.1.1	Definindo o conceito de branquitude como raça	15
2.1.2	Processo de embranquecimento no Brasil e o impacto na identidade negra	18
2.1.3	Fragilidade Branca	21
2.1.4	Silenciamento, omissão e pacto narcísico da branquitude	25
2.1.5	Interpretação do racismo e implicações psicanalíticas de Frantz Fanon	30
2.1.6	Invisibilidade X Neutralidade	33
2.2	SOBRE O PAPEL DO BRANCO NA LUTA ANTIRRACISTA	35
2.3	DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA LUTA ANTIRRACISTA	42
3	MÉTODO	43
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	53

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Invisibilidade X Neutralidade.....	34
Tabela 2: Quadro Comparativo: principais conceitos.....	49

1 INTRODUÇÃO

De acordo com uma pesquisa realizada em 2003 pela Fundação Perseu Abramo, por meio de uma amostra de 5003 entrevistas, o Núcleo de Opinião Pública (NOP) constatou que 90% da população reconhece que “há racismo no Brasil”. Entretanto, em relação ao reconhecimento do problema, 96% dos brasileiros afirmaram não ter nenhum preconceito racial. Esse resultado contraditório denota muitas questões em relação ao racismo na sociedade brasileira.

Segundo Almeida (2018), o racismo discrimina de forma sistemática a raça por meio de práticas que culminam em vantagens ou privilégios e de práticas conscientes ou inconscientes dependendo de qual grupo racial uma pessoa pertence. O racismo está entranhado em todas as formas de organização da sociedade, dentro da economia, do direito e de toda uma ideologia. No presente trabalho, o racismo será elaborado de acordo com a tese central da obra do professor Silvio Almeida (2018), o qual nos apresenta o racismo como sendo um fenômeno invariavelmente estrutural, o qual reproduz as formas de desigualdade e violência moldando à sociedade. Nesse sentido, apontar o racismo como parte de uma estrutura, possibilita o entendimento de que todos estão atravessados em algum nível por este fenômeno ideológico. Pensar no racismo de forma estrutural é entender que a responsabilização individual por atos racistas não acaba com a reprodução da desigualdade social e racial.

Como mencionado no título deste trabalho, a importância da caracterização da branquitude reside no entendimento de que esta também é uma categoria de análise do racismo. De acordo com Bento (2002) o problema de muitos estudos em relação ao racismo e a discriminação racial é abordar exclusivamente uma perspectiva unilateral. Essa perspectiva refere-se ao racismo e seus desdobramentos ser algo que concerne ao negro, portanto, passível de somente este resolver o problema.

Ou bem se nega a discriminação racial e se explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o "negro" aparece como feio, maléfico ou incompetente, ou se reconhece as desigualdades raciais, explicadas como uma herança negra do período escravocrata. De qualquer forma, os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios. (BENTO, 2002, p.41).

Dessa forma, o branco precisa ser visto como elemento essencial na análise sobre o racismo. A branquitude pode e deve fazer parte do processo de transformação social. Dentro desse panorama, o objetivo do trabalho busca compreender o papel da

branquitude na luta antirracista. Vale ressaltar que “branquitude” é entendida como racialidade branca, que vem sendo discutida por autores como Bento (2002), Ramos (1982), Cardoso (2010), entre outros, que buscam compreender a branquitude e sua estrutura social.

É necessário destacar também que o estudo do trabalho é referente a raça, mas devem ser feitos os recortes de gênero e classe, pois de acordo com Almeida (2018) é possível observar que há *causas cumulativas* de racismo que prejudicam ainda mais a inferiorização dos negros, como, por exemplo, ser mulher, homossexual e/ou pobre. Entender o processo de racialização do branco é também responsabilizar a branquitude a uma postura crítica e ética dentro da sociedade. (CARDOSO, 2010).

1.1 PROBLEMA

Com a elucidação da branquitude, ou seja, com o maior entendimento de como a identidade racial branca se comporta e reage às estruturas racistas no Brasil, é possível seguir com o seguinte questionamento: De que forma essa branquitude pode atuar no combate ao racismo?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Caracterizar a branquitude e sua responsabilidade frente à luta antirracista.

1.2.2 Objetivos Específicos

Analisar e caracterizar:

- Branquitude como raça;
- Processo de embranquecimento no Brasil;
- Pacto narcísico da branquitude;
- Fragilidade branca;
- Impactos emocionais e subjetivos do racismo à luz da psicanálise de Frantz Fanon;
- Ações antirracistas;

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Esta pesquisa delimitou-se em colher informações sobre caracterizações e definições da branquitude, e como esta pode atuar em ações que sejam antirracistas. O projeto tem como referência artigos, teses e livros publicados sobre o funcionamento do processo da branquitude, como esta atua nas estruturas, quais os privilégios da raça branca, quais os impactos sociais do racismo e quais ações efetivas para combatê-lo. Vale ressaltar que a pesquisa se delimita em estudar o fenômeno ideológico no Brasil, entretanto serão utilizadas fontes publicadas em outros países como, por exemplo, o artigo da autora britânica Ruth Frankenberg (2004), o dossiê da autora americana Robin Diangelo (2018) e a obra do francês Frantz Fanon (1952/2008).

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), 56,2% das pessoas no Brasil, se declaram da cor ou raça preta ou parda. Em contrapartida no que tange aos diversos âmbitos sociais referentes ao acesso à educação, saúde, moradia, lazer e cultura é possível observar uma desvantagem do negro. (BRASIL, 2016).

Ainda de acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de analfabetismo em 2018 dos estudantes pretos ou pardos acima de 15 anos de idade atinge mais do que o dobro da taxa observada entre as pessoas brancas. De acordo com o Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA), em relação ao mercado de trabalho, as oportunidades de inserção não são iguais entre pessoas pretas e brancas (2009). No que concerne as taxas de violência, “os homens, particularmente os jovens e negros, sofrem mais violência que levam a óbito” (BRASIL, 2016, p. 49).

O racismo está presente no Brasil de forma velada, mas isso não significa que não cause impactos na vida dos negros(as) no Brasil, já que as práticas e ações racistas “causam dor, constrangimento, medo, insegurança e ansiedade, contribuindo para que a vítima se sinta inferior e incapaz diante daquele que o agride, incapacitando no seu desenvolvimento natural” (DAMASCENO, ZANELLO, 2018 apud ALMEIDA, 2020, p.61). Considerando todos esses impactos do racismo e de suas consequências para a população negra, este trabalho torna-se relevante por buscar entender os

processos de branquitude e articular com as possíveis contribuições para uma sociedade mais justa e igualitária no que concerne o combate ao racismo.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE GRADUAÇÃO

Este trabalho está organizado em introdução, 3 capítulos, e considerações finais.

Na Introdução estão descritos uma breve apresentação do tema tratado, assim como o problema, os objetivos (geral e específicos), a delimitação do estudo, sua relevância, e a organização do projeto.

O primeiro capítulo refere-se à Revisão de Literatura, que está dividida em três seções. A primeira seção traz 6 subseções:

- Definição e conceituação da branquitude;
- Processo de embranquecimento no Brasil e o impacto na identidade negra;
- Fragilidade Branca;
- Silenciamento, omissão e pacto narcísico da branquitude;
- Interpretação do racismo e implicações psicanalíticas de Frantz Fanon;
- Invisibilidade X Neutralidade.

A segunda seção discute o papel do branco na luta antirracista, abordando temas relacionados a ações antirracistas, com base no livro *Pequeno Manual Antirracista*, de Ribeiro (2019).

A terceira seção traz um texto sobre os desafios na construção da luta antirracista.

No capítulo dois é apresentado o método, no qual está mencionado o tipo de pesquisa realizada.

No terceiro capítulo encontram-se os resultados e discussão da pesquisa e, por último, as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CARACTERIZAÇÕES DA BRANQUITUDE

2.1.1 Definindo o conceito de branquitude como raça

Para iniciar a discussão sobre branquitude/branquidade, é interessante olharmos e nos atermos a definição do que pode ser considerado inicialmente como raça. Frankenberg (2004) em seus estudos, defende a raça como sendo um constructo que funciona como um processo e não como uma entidade em si.

A raça é atravessada pelo processo histórico, político e social. Apesar de definir-se como um constructo maleável e flexível, a raça possui seus efeitos marcantes na sociedade, assim como os seus racismos. Por isso, analisar e definir a branquidade/branquitude também elenca desafios que se relacionam com os processos mencionados acima. Dito isso, se faz necessário um exercício constante não repetir os erros da hegemonia ao estudar a branquitude.

Apesar da discussão de Fanon (2008), em que o autor introduz já em 1952, sua obra “Pele negra, máscaras brancas”, a relação entre negro e branco, e este último se colocar como condição única de ser humano enquanto o negro esforça-se em um ideal para tornar-se branco, é somente a partir da década de 1990 que os intelectuais norte-americanos passaram a discutir com maior profundidade a branquitude. Essas análises ficaram conhecidas como *critical whiteness studies*. (CARDOSO, 2008 apud SILVA, 2017). Dessa forma, os temas e objetos de estudo passam a ser invertidos com o foco na identidade racial branca. Outro ponto necessário de destaque é de que o estudo da branquitude não deve ser analisado apenas numa dualidade branco/negro, mas também promover um olhar sobre o processo de miscigenação e ideologia do branqueamento, a qual será discutida posteriormente. No que tange os estudos brasileiros no cenário acadêmico, a partir dos anos 2000 alguns autores se destacam em introduzir a analisar a branquitude como, “Alberto Guerreiro Ramos, Edith Piza, César Rossato e Verônica Gesser, Maria Aparecida Bento e Liv Sovik”. (CARDOSO, 2008 apud Silva, 2017). Estes buscaram compreender a branquitude e sua estrutura social marcada por privilégios.

A finalidade de caracterizar a branquitude, consiste no tema servir como dispositivo analítico, pois a branquitude é uma “ferramenta capaz de fazer emergir o

pensamento racial, mais especificamente a subjetividade do branco, em contextos aparentemente não racializados”. (SILVA, 2017, p. 20).

Ainda de acordo com Silva (2017), existem duas linhas de estudo em relação a concepção da branquitude. A primeira fala sobre a reconstrução da raça branca em que é possível ressignificar a raça branca para que esta deixe de possuir aspectos e traços racistas. Em contrapartida, a segunda linha de estudo fornece a ideia de uma desracialização da branquitude, de forma que alguns críticos acreditam que não é possível retirar o traço racista da branquitude. Seria proposto então a abolição da branquitude e conseqüentemente da negritude. Deve-se atentar que o trabalho não abordará com detalhes as duas vertentes, o objetivo será em relação a de que forma é possível que a branquitude possa superar seu lócus de privilégio, manutenção do racismo e ideologia.

Romper com essa posição de privilégio e manutenção do racismo é romper com o aspecto sócio-histórico da relação colonial e com as relações entre grupos dominantes e grupos subordinados. Dessa forma, “a branquitude é assim entendida como resultado da relação colonial que legou determinada configuração às subjetividades de indivíduos e orientou lugares sociais para brancos e não brancos”. (SILVA, 2017, p. 23). Esse lugar social do branco, como aponta Silvério (2002) é um lugar que coisifica, invisibiliza e desumaniza o outro (negro, índio, escravo, preto) e esse lugar de privilégios, dito anteriormente, também é representado como se fosse um ponto de referência, ou seja, de acordo com Frankenberg (2004) por meio de uma gama de práticas e identidades culturais a branquitude se apresenta ou como uma identidade não marcada ou denominada como “normativa” em vez de racializada. Ainda sobre a definição de branquitude:

A branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios (SILVA, 2017, p.27).

Como explicado no começo do tópico, assim como o conceito de raça, a branquitude também faz parte de um constructo e de um processo, portanto esta é maleável e flexível variando de acordo com a inserção do indivíduo em determinado ambiente visto que “a branquitude é produto da história e é uma categoria relacional.

Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos”. (FRANKENBERG, 2004, p.312).

Ao finalizar a definição e caracterização da branquitude, se faz necessário explicitar que ao longo do trabalho o termo branquitude e branquidade serão utilizados com o mesmo sentido, diferindo muitas vezes somente a nomenclatura.

Jesus (2012) realiza um levantamento histórico em relação a utilização de ambos os conceitos e qual a melhor forma de abordá-los levando em conta todos os aspectos sócio-históricos. Entretanto, neste presente trabalho o termo branquitude e branquidade serão termos utilizados sempre em prol do questionamento, da crítica da identidade racial branca e de seus privilégios à fim de que o branco entenda a sua posição e seja levado a repensar suas práticas no dia-a-dia, que possam ser antirracistas.

2.1.2 Processo de embranquecimento no Brasil e o impacto na identidade negra

Após a abolição da escravatura em 1888, a burguesia brasileira passou a se preocupar com a “identidade nacional” brasileira. O negro (ainda que não mais escravo) era visto como um símbolo de atraso e de degradação na e da sociedade. Dessa forma, por meio de teorias raciais europeias, norte-americanas e toda uma política eugenista - políticas essas que anteriormente legitimaram o genocídio, a escravidão e outras formas de dominação – iniciou-se a ideologia de branqueamento. Essa ideologia foi iniciada por intermédio do processo de miscigenação. (PANTA; PALLISSER, 2017).

Um dos recursos utilizados para o embranquecimento da nação brasileira foi à miscigenação seletiva, estimulada através das políticas de povoamento e imigração europeia – subsidiadas pelo Estado brasileiro - partindo-se da concepção de que o sangue branco purificava, diluía e aniquilava o sangue negro, considerado infectado e geneticamente inferior. O processo de branqueamento nacional apoiou-se no estupro da mulher negra pelo homem branco, dando origem aos produtos de sangue misto. O tipo miscigenado, atualmente definido como pardo ou “mulato”, estabeleceu o primeiro degrau na escada da branquificação do povo brasileiro. (NASCIMENTO, 1978, p.69 apud PANTA; PALLISSER, 2017, p.122).

Além dessa ideologia do branqueamento, de acordo com os autores citados acima (2017), o objetivo das burguesias também era assimilar uma cultura que estivesse de acordo com os padrões hegemônicos europeus. A própria elite tinha pontos de vistas divergentes em relação a miscigenação. Algumas pessoas viam a miscigenação com pessimismo e que esta levaria a destruição de um povo e outras consideravam “como a solução para tornar a população brasileira mais clara, aproximando-a ao máximo da raça ariana, considerada superior” (PANTA, PALLISSER, 2017, p. 120), como se a mestiçagem fosse somente uma “etapa transitória” do negro para o branco. Posteriormente, mesmo com todos os conflitos referente ao racismo e ao processo de discriminação, a elite utilizava então, da miscigenação para afirmar a existência da democracia racial (refutada e considerada um mito).

Esse processo de embranquecimento foi observado entre o final do século XIX até metade do século XX. No entanto, é possível observar consequências e impactos que essa ideologia trouxe e traz até os dias atuais referente a construção identitária da população negra. É possível observar esses impactos por meio de diversos comportamentos. Segundo Panta e Pallisser (2017), indivíduos que aparentam ser

visivelmente negros classificam-se como brancos indicando muitas vezes desejo de possuir a cor de pele referente a classe hegemônica. Os autores Silva e Branco (2011) observam que além dessa desvalorização das próprias características referentes a própria negritude, existe uma supervalorização das características dos brancos dificultando uma noção de pertencimento étnico-racial positiva.

Segundo Santos et al., (2020), o indivíduo negro aproxima-se dos comportamentos e padrões estéticos que julga ser do indivíduo branco também como uma tentativa de sofrer menos discriminação racial e ser mais aceito pela sociedade num geral. Assim, “os estudos referidos evidenciaram que ‘tornar-se branco para ser aceito’ se revela como uma estratégia de defesa psíquica frente ao sofrimento que o racismo acarreta” (SANTOS et al., 2020, p.123).

Os autores citados no parágrafo acima, realizaram uma revisão sistemática da literatura brasileira identificando e discutindo todos esses processos de embranquecimento e o impacto que isso causa na formação da identidade de indivíduos negros. Desse modo, foi possível observar em todos os artigos selecionados uma recusa da ancestralidade africana e uma tentativa de se aproximar de padrões considerados como ideais e normativos (padrões de pessoas brancas). Outro aspecto a ser considerado nos estudos realizados por Carvalho (2004) é o de que nas respostas sobre a própria cor de pele, os participantes respondiam com “moreno claro”, “moreno médio”, ao invés de “negro” e/ou “preto”. Ainda dentro da revisão sistemática realizada também por Ferreira e Camargo (2011), além das características físicas serem desvalorizadas pelos negros, também há a crença na desvalorização intelectual. (apud Silva et al., 2020).

Bento (2002) faz uma observação sobre esse processo de embranquecimento quando realiza uma analogia entre o desejo do negro embranquecer e o desejo de ascender socialmente. Analisando momentos da trajetória profissional do negro, a autora observou que quanto mais os negros ascendem profissionalmente ou academicamente, estes sofrem maior discriminação e preconceito, “parece-nos que isso decorre do fato de que essa sociedade de classes se considera, como um ‘mundo dos brancos’ no qual o negro não deve penetrar”. (BENTO, 2002, p. 57).

Além desses impactos psicológicos e sociais, a ideologia do branqueamento também dificulta outros processos “acarretando profundas desvantagens à população negra, sobretudo no que diz respeito a seu processo de construção de uma identidade política coletiva”. (SANTOS et al., 2020, p.126).

Autores como Almeida (2018), Ribeiro (2019) e Jesus (2017) apontam que o argumento do processo da miscigenação muitas vezes é utilizado como justificativa para negar o racismo no Brasil e os privilégios que as pessoas brancas usufruem, pois seria difícil denominar e classificar as raças de algumas pessoas. Entretanto isso pode ser desbancado de acordo com diversas estatísticas.

As estatísticas da desigualdade sociorracial brasileira são categóricas a respeito da capacidade de instituições e indivíduos identificarem com exatidão quem é branco e quem é negro no país, do contrário, os números que os separam não seriam tão racistas, genocidas e excludentes para negros. (JESUS, 2017, p.74)

Como aponta Almeida (2018), “assim como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele ou o formato do rosto, que fazem de alguém negro”. (ALMEIDA, 2018, P.53). Dessa forma, o processo de miscigenação e a ideologia do branqueamento nos ajudam a entender como se constituiu o próprio processo de branquitude no Brasil especificamente. O trabalho seguirá indicando e caracterizando a forma como a branquitude se manifesta e quais são os comportamentos que conferem a identidade branca esse caráter privilegiado, racista e hegemônico.

2.1.3 Fragilidade Branca

Alinhada com a concepção de Frankenberg (2004), Diangelo (2018) também analisa a branquitude de acordo com os processos sócio-históricos e realiza um dossiê com o objetivo de discutir o estresse relacionado às questões raciais que pessoas brancas se deparam, pois estas se encontram em espaços e estruturas privilegiadas que as impedem de se responsabilizarem por questões que elas também devem se confrontar, pois “esse ambiente isolado de privilégio racial cria expectativas brancas de conforto racial ao mesmo tempo em que diminui a capacidade de lidar com estresse racial”. (DIANGELO, 2018, p.37). A autora também comenta sobre ter realizado observações em alguns espaços que oferecem estudos multiculturais, porém esses espaços abordam o racismo de forma superficial e com a mesma visão unilateral de que somente as pessoas não brancas são passíveis de resolver a questão.

Diangelo (2018) constatou que estudos que apontam o racismo de forma que não seja somente um ato discriminatório individual, mas sobretudo, apontam para um sistema de privilégios e uma distribuição desigual de recursos que são mantidos pelas pessoas brancas, causam reações nessas pessoas como: culpa, raiva, medo, silenciamento e outras reações que buscam resistir ao assunto e ao desconforto causado em si mesmas. Esse tipo de resistência foi chamado pela autora de “Fragilidade branca”. Essa fragilidade branca pode ser considerada um resultado produzido pelas próprias vantagens sociais da estrutura em que essas pessoas ocupam.

Alguns fatores que estimulam a formação dessa fragilidade branca serão discutidos a seguir:

- 1) Segregação: A segregação entre pessoas brancas e não brancas. Segundo Diangelo (2018), é muito difícil pessoas brancas e negras ocuparem espaços de proximidade em diversos níveis, como físico, social, espaços de lazer e até mesmo representações na mídia por pessoas negras. Ou então, quando brancos e negros ocupam espaços de proximidade, esse espaço se dá de forma que o negro aparece a todo o momento como subalterno. Isso impede com que pessoas brancas possam ter a perspectiva e entendam a complexidade de como o racismo opera com essas pessoas não brancas. É possível observar o quanto pessoas brancas consideram uma escola “boa” justamente por ser uma escola majoritariamente branca, “no entanto,

enquanto os discursos sobre o que torna um espaço bom são tacitamente compreendidos como racialmente codificados, essa codificação é explicitamente negada pelos brancos.” (DIANGELO, 2018, p.42).

2) Universalismo e Individualismo: Como apontado no tópico sobre definição e caracterização da branquitude acima, o universalismo refere-se a pessoas brancas não possuírem uma identidade marcada, pois consideram-se referências universais e normativas. Diangelo (2018) explica a dificuldade que pessoas brancas possuem em se verem como pessoas racializadas.

[...] o universalismo funciona para negar o significado da raça e as vantagens de ser branco. Além disso, o universalismo assume que brancos e pessoas não brancas têm as mesmas realidades, as mesmas experiências nos mesmos contextos (ou seja, eu me sinto confortável nesta sala de aula majoritariamente branca, então você também deve se sentir), as mesmas respostas dos outros, e assume que as mesmas portas estão abertas a todos. Reconhecer o racismo como um sistema de privilégio conferido aos brancos desafia as reivindicações ao universalismo. (DIANGELO, 2018, p.43).

O individualismo se refere a pessoas brancas não assumirem responsabilidade por ações que são praticadas pelas pessoas do grupo racial a qual pertencem, “o individualismo também permite que os brancos se distanciem das ações de seu grupo racial e exijam o benefício da dúvida, como indivíduos, em todos os casos”. (DIANGELO, 2018, p. 43).

3) Direito ao conforto racial e Arrogância racial: Diangelo (2018) fala sobre pessoas brancas usualmente se encontrarem confortáveis racialmente e ao serem convocadas a discussão sobre racismo reagem apresentando diversas emoções (culpa, medo, raiva, etc) e comportamentos (retaliação, penalização, isolamento, etc) em relação as pessoas negras. Isso acontece, porque as pessoas brancas não estão acostumadas a sair deste local de conforto, “a insistência branca no conforto racial garante que o racismo não seja enfrentado”. (DIANGELO, 2018, p. 45). A autora ainda ressalta o quanto tais atitudes reforçam a banalização da brutalidade com que negros sofreram e sofrem ao longo dos anos justamente porque pessoas brancas não procuram entender a complexidade das relações raciais. A autora fala que essa tentativa de manter o conforto racial muitas vezes convoca também a uma arrogância racial – atravessada pelo racismo ideológico que traz um “senso auto-perpetuado de direito” - em que brancos por não entenderem a forma como o racismo opera, acabam não concordando com o ponto de vista, ainda que explicado por pessoas que vivem e estudam esta estrutura racista.

4) Pertencimento racial e Liberdade psíquica: Pessoas brancas se veem representadas em todos os espaços, como por exemplo, nas novelas, séries, produções artísticas, retratos históricos, iconografias religiosas, espaços físicos, culturais, entre outras esferas. Dessa forma, dificilmente pessoas brancas não se sentem pertencente a um espaço e raramente pensam no que a representatividade e o contato com pessoas de outras raças podem significar. Muitas vezes quando pessoas brancas se posicionam e buscam discutir sobre raça, estas são criticadas por outras pessoas brancas. Entretanto, atitudes e discursos que apresentam um viés racista são fortemente ignorados pelas pessoas brancas, justamente porque essas possuem dificuldade de se enxergarem enquanto pessoas com alguma raça e conseqüentemente não se enxergam responsáveis pelo assunto, pois “isso libera os brancos de carregar o fardo psíquico da raça. Raça é para pessoas não brancas pensarem – é o que acontece com ‘eles’ –, eles podem trazê-la se é um problema para eles”. (DIANGELO, 2018, p. 48).

Após a explicação desses elementos que estruturam a fragilidade branca, é possível também discutir gatilhos que podem nos ajudar a identificar esta operação da fragilidade em diversos contextos, como, por exemplo, quando sugerem que a pessoa branca deva pensar em si como parte de uma raça; quando pessoas negras falam sobre suas próprias perspectivas raciais e escolhem não proteger o sentimento das pessoas brancas em relação ao assunto; quando pessoas brancas deparam-se com pessoas negras em cargos de liderança; quando pessoas não brancas estão em papéis de filmes que não estejam estereotipadas; quando pessoas brancas requerem explicações sobre raça de pessoas negras e estas recusam-se a explicar e entre outros gatilhos que podem revelar a fragilidade branca. (DIANGELO, 2018).

É válido ressaltar que a fragilidade branca se refere tanto a pessoas brancas que possuem um conhecimento restrito e superficial em relação ao racismo, quanto a pessoas brancas liberais que se dizem antirracistas, pois segundo Diangelo “os brancos que se posicionam como liberais muitas vezes optam por proteger o que tomam por sua reputação moral, em vez de reconhecer ou mudar sua participação em sistemas de desigualdade e dominação” (idem, 2018, p.49).

A fragilidade branca mostra que pessoas brancas se defendem com discursos vitimados em relação a discussão das raças, principalmente quando são estimuladas a discutir sobre isso em espaços com pessoas brancas e negras.

Essas alegações de autodefesa funcionam em vários níveis para: posicionar os falantes como moralmente superiores, enquanto obscurecem o verdadeiro poder de suas localizações sociais; culpar os outros com menos poder social pelo desconforto; falsamente posicionar esse desconforto como perigoso; e reinscrever imagens racistas. Esse discurso de vitimização também permite que os brancos evitem a responsabilidade pelo poder e privilégio racial que exercem. Posicionando-se como vítimas de esforços antirracistas, não podem ser os beneficiários do privilégio branco. Alegando que eles foram tratados injustamente através de um desafio à sua posição ou uma expectativa de que ouvem as perspectivas e experiências de pessoas não brancas, eles são capazes de exigir que mais recursos sociais (como tempo e atenção) sejam canalizados em sua direção para ajudá-los a lidar com esse maltrato. (DIANGELO, 2018, p.50)

Segundo a autora, pessoas brancas não precisaram desenvolver uma resistência que permitisse se engajar construtivamente em questões raciais, dessa forma discutir sobre a fragilidade branca abre espaço para repensar a conduta de pessoas brancas no sentido de interromper padrões discursivos que são opressivos e refletir sobre informações raciais a um nível mais profundo e que possa operar mudanças efetivas na sociedade. Caracterizar a fragilidade branca também possibilita maior entendimento de como a branquitude se comporta. A seguir é apresentado outros aspectos sobre as condutas da branquitude.

2.1.4 Silenciamento, omissão e pacto narcísico da branquitude

Em sua tese de doutorado, Bento (2002) estudou as desigualdades raciais nas relações de trabalho e o impacto que a branquitude - também entendida como grupo que mantém a apropriação indébita de bens materiais e simbólicos - possui nesses espaços. Foi possível observar que no mercado de trabalho contemporâneo há desigualdade entre negros e brancos e que estes últimos se mantêm omissos em relação a isso. Esse comportamento de omissão e silenciamento é estudado durante toda a tese e explicado por meio do “pacto narcísico” que será abordado adiante.

Bento (2002) afirma que um dos primeiros sintomas da branquitude é não associar as desigualdades sociais com o processo de discriminação racial. O silenciamento e a omissão dos grupos brancos em relação a sua contribuição e manutenção das desigualdades raciais no Brasil também é explicado pela necessidade de o grupo hegemônico querer manter uma imagem e um autoconceito favorecidos com o objetivo de fortalecimento do próprio grupo, pois “alguns estudos das primeiras décadas do século focalizaram o branco, não para compreender seu papel nas relações inter-raciais, mas para garantir sua isenção no processo de escravização da parcela negra da população brasileira.” (BENTO, 2002, p. 31). Esse silêncio e esta omissão podem ser explicados por alguns itens que a autora discute:

Discriminação racial e defesa de interesses: A autora aborda que a discriminação racial não precisa estar ligada necessariamente ao próprio preconceito e rejeição do negro. A discriminação racial pode estar relacionada ao próprio interesse dos brancos em manterem-se nas condições privilegiadas. A autora observou este movimento ao participar de eventos sindicais em que mulheres reivindicavam e discutiam sobre opressão no mercado de trabalho, entretanto a maioria não discutia a opressão de mulheres negras especificamente, considerando que as mulheres negras enquadram “o segmento mais discriminado do mercado de trabalho brasileiro” (BENTO, 2002, p. 30). Este fenômeno foi nomeado por Bento (2002) de indignação narcísica, ou seja, a indignação da violação de direitos volta-se somente a pessoas do próprio grupo, neste caso, mulheres brancas. O que Bento (2002) busca explicitar é que o indivíduo passa a projetar no grupo pertencente a própria identidade à fim de se sentir pertencente socialmente, assim, ocorre uma exclusão relacionada ao

descompromisso político com a situação do outro. Esse outro é aquele que não pertence ao grupo social desse indivíduo.

A autora igualmente explica que este silenciamento e omissão que os brancos exercem constantemente em relação a estas questões raciais, estão ligados a um componente narcísico. Ela explica que esse componente narcísico está associado a teoria Freudiana de que o amor a si mesmo (narcisismo) é um elemento de autopreservação do indivíduo e aquilo que é diferente gera aversões, pois coloca em risco tudo o que é “universal”. Dessa forma, o indivíduo passa a exigir que o diferente possa ser modificado para o que é considerado o padrão.

Outra discussão relevante é o estudo da alteridade. Paula Monteiro (1997) apud Bento (2002) comenta sobre a alteridade e o quanto esse conceito foi distorcido enquanto um fenômeno político. Muitos estudos apontam para a visão de que o ocidente construiu a percepção da alteridade com o objetivo de identificar diferenças e categorias que fossem inferiores no *Outro* e que pudessem justificar a submissão desse *Outro*.

A percepção da alteridade era a tradução constante do desconhecido para o conhecido. Não havia interesse em descrever objetivamente a alteridade e identificar nela as diferenças culturais; mas, sim, extinguir essa alteridade e colocar esses perturbadores homens nos esquemas de classificação baseados na Bíblia e nos autores gregos. A partir do século XVIII, a uniformidade da natureza é a grande referência para a construção da alteridade, e então, torna-se necessário fazer desaparecer a singularidade excêntrica para encontrar o homem universal (BENTO, 2002, p. 33).

Ainda de acordo com Monteiro (1997) apud Bento (2002), por muito tempo as teorias antropológicas evolucionistas colocavam o homem primitivo como o homem mais inferior e menos evoluído em relação aos homens “civilizados”. Em contrapartida, as teorias funcionalistas passam a tentar explicar as culturas primitivas e civilizadas, de forma que a cultura “civilizada” não seja a evolução da primitiva, mas sim apenas diferente nos hábitos, costumes, comidas e entre outros aspectos. Essa noção de diferença e não de evolução, possibilita uma ideia de identidade, “essa identidade simbolicamente construída passa a ser elemento fundamental para a reivindicação de direitos políticos”. (BENTO, 2002, p.34)

Do medo do outro: O medo, como Bento (2002) afirma, é um mecanismo natural, porém quando se torna excessivo contra algo ou alguém que não apresenta perigo iminente torna-se paranoia. A paranoia também é um mecanismo que busca preservar o ego de alguma ameaça e era com esse medo paranoico que os europeus se apresentavam nos séculos XVI e XVII. Nesse período, cerca de 1/3 da população

européia morreu por conta da epidemia da peste no continente. Nesse mesmo período, era notável a crescente incitação das Igrejas e Estados contra pobres, negros, imigrantes, mulheres e entre outras minorias. Era como se, de alguma forma, o medo da doença e da morte, se transformassem em uma necessidade de achar culpados e demonstrar agressividade coletiva contra aqueles que representavam a diferença, “assim, o medo e a projeção podem estar na gênese de processos de estigmatização de grupos que visam legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até de genocídio”, (BENTO, 2002, p.39). O mesmo ocorreu no Brasil, quando diversos movimentos negros eclodiram próximo a abolição da escravidão e lutavam por seus direitos, isso gerava medo nas elites que sabiam de todos esses processos. A autora afirma que houve então após a abolição da escravidão, forte investimento no confinamento carcerário e psiquiátrico com o objetivo de exterminar e prender a população negra. Dessa forma, mesmo após a abolição da escravidão o medo era demasiado que o objetivo da burguesia brasileira era miscigenar a população trazendo imigrantes europeus com o objetivo de transformar a população do Brasil em uma população branca (como explicado no processo de embranquecimento no tópico anterior).

Projetar e Assimilar: Bento (2002) considerou que a assimilação dos negros pelos brancos, ou seja, o processo de acabar com a cultura negra e realizar a miscigenação com o ideal de branqueamento pode se relacionar também a outra teoria freudiana em relação ao amor canibal. Esse amor canibal “pressupõe incorporar ou devorar o outro”, (BENTO, 2002, p. 41). Outro ponto está atrelado a projeção. Bento (2002) ao estudar Adorno e Horkheimer nos conta sobre o amor narcísico e ódio narcísico. O amor narcísico refere-se a tudo aquilo que o sujeito se identifica e atribui como qualidade positiva. O indivíduo não precisa ser necessariamente aquele objeto, mas o sujeito ama o que se foi ou até mesmo o que gostaria de ser. De toda forma no amor narcísico, o sujeito precisa se sentir identificado com aquilo/aquele que considera como semelhante. O ódio narcísico ocorre de forma oposta, ou seja, o outro é o alvo, é tudo aquilo que o indivíduo considera como ruim e que não pode se identificar de nenhuma forma. Quando os indivíduos possuem forças internas antagônicas entre si (impulsos) e impossíveis de tolerar estas são projetadas externamente de modo que a projeção retorne como uma ameaça a esse indivíduo, então é possível livrar-se e reagir aos impulsos. Desse modo, “os sujeitos perdem a capacidade de discernir entre o que é deles e o que é alheio, e, então, tudo vira falsa

projeção, exterioridade”, (BENTO, 2002, p. 42). O ódio narcísico é exteriorizado justamente naquele que o indivíduo classifica como diferente e objeto de desidentificação. Os alvos de preferência serão grupos politicamente minoritários e raças que foram construídas ao longo da história “como objetos de preconceito e discriminação” (BENTO, 2002, p.45). A autora ainda comenta em sua tese que a projeção existe como reflexo nos humanos, mas que esta deve ser controlada e ser refletida diariamente pelos sujeitos.

Talvez possamos concluir que uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo e cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios. O que se vê comprometido nesse processo é a própria capacidade de identificação com o próximo, criando-se, desse modo, as bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa representar a diferença. (BENTO, 2002, p.44).

Pactos Narcísicos: Bento (2002) menciona o silêncio e a omissão dos brancos no que se refere às desigualdades raciais e os processos históricos que o Brasil foi fundado. Entre 1530 e 1850, cerca de 4 milhões de escravos africanos foram trazidos ao Brasil. Estes trabalhavam por 16 horas em diversos setores, como “a agroindústria de exportação, as minas extrativistas, o sertão do gado e o sistema de escravos urbanos e de escravos domésticos”, (BENTO, 2002, p.52). Toda intensa agressão manifestada de diversas formas contra os escravos, acarretaram resistências em todo o país manifestada por meio de assassinatos contra os senhores de escravo e fugas em massa até que as leis “protetoras”, Lei do Ventre-Livre e a Lei do Sexagenário foram assinadas em 1871 e 1885, respectivamente. O termo protetoras é colocado entre aspas, pois a Lei do Sexagenário libertava escravos após os 60 anos, porém era uma lei que servia para descartar escravos que não eram considerados produtivos ao passo que a Lei do Ventre-Livre obrigava a criança trabalhar para o senhor do escravo até os 8 anos de idade. No período da abolição da escravatura, ocorreu a vinda de muitos imigrantes europeus, “importante observar que num período de meio século, o Brasil recebeu um número de imigrantes muito próximo ao número de escravos que aqui desembarcou em três séculos e meio” (BENTO, 2002, p.53). Assim, o cenário do trabalho no Brasil mostra que apenas 10% dos trabalhadores eram brasileiros (ex-escravos) e os outros 90% referiam-se a imigrantes. Esses dados eram justificados por alguns acadêmicos da época que falavam sobre a superioridade técnica e moral dos imigrantes sendo que, na realidade estes possuíam a mesma experiência do ex-escravo. Todos esses fatores históricos ajudam a estruturar uma noção ainda maior sobre a irresponsabilidade que a branquitude possui ao se manter

silenciada e omissa sobre a história e a herança cultural, pois “o silêncio não pode apagar o passado, e assim, esse tema é um permanente desconforto para os brasileiros e emerge quando menos se espera”, (BENTO, 2002, p.55).

Portanto, há um acordo inconsciente entre o coletivo, “esse acordo inconsciente ordena que não se dará atenção a um certo número de coisas: elas devem ser recalçadas, rejeitadas, abolidas, depositadas ou apagadas”, (KAES, 1997 apud Bento, 2002, p. 56). Este pacto narcísico preserva e mantém os interesses da branquitude, a qual se incomoda quando observa a ascensão do negro em diversas esferas sociais e que diariamente justifica a posição que ocupa por meio da meritocracia ignorando a história e a apropriação indébita de todos os privilégios que usufrui. Como aponta Almeida (2018), o silenciamento em relação à práticas racistas no cotidiano contribuem para a manutenção desse sistema desigual. Ao refletir sobre essas conjecturas acerca dos pactos narcísicos da branquitude e toda a omissão de pessoas brancas em relação a situação do racismo do Brasil, faz se necessário retornarmos ao pensamento de Fanon (2008) que já nos indicava alguns mecanismos similares, como por exemplo, o de projeção e entre outros que serão abordados a seguir.

2.1.5 Interpretação do racismo e implicações psicanalíticas de Frantz Fanon

Ao pontuar a interpretação que Fanon (2008) realiza em “Pele negra, máscaras brancas”, editado originalmente em 1952, é importante explicar que o autor aparentava querer a destruição do signo ideológico, político, econômico e racial que configura uma hierarquia entre as raças.

Não sentiremos nenhuma piedade dos antigos governantes, dos antigos missionários. Para nós, aquele que adora o preto é tão “doente” quanto aquele que o execra. Inversamente, o negro que quer embranquecer a raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco. Em termos absolutos, o negro não é mais amável do que o tcheco, na verdade trata-se de deixar o homem livre. (FANON, 2008, p. 26).

Vale ressaltar que esse signo ideológico é consequência da colonização - que impacta a subordinação não apenas material, mas também uma subordinação relacionada a raça e outros aspectos epistemológicos, Fanon (2008) em sua obra discutirá sobre o negro e a linguagem, o pretense complexo de dependência do colonizado, a experiência vivida do negro, o preto e a psicopatologia e entre outros temas. O enfoque dado neste trabalho é a experiência vivida do negro e o preto e a psicopatologia (sob a luz da psicanálise).

No que se refere a formação e o entendimento da identidade negra, como experiência subjetiva, Fanon (2008) vai dizer que o negro sente a necessidade de se colocar com a razão, com aquilo que é intelectual de certa forma, porque se este se coloca apenas como negro este não o é legitimado. Dessa forma ele já existe no mundo de forma melancólica de forma em que já existe uma perda em sua psique, dessa forma, “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial”. (FANON, 2008, p. 30).

No que tange o negro e a psicopatologia, Fanon (2008) fala sobre a introjeção do medo e dos estereótipos racistas em relação aos negros por parte dos brancos. O autor comenta o fenômeno da negrofobia presente na sociedade. A fobia num geral surgiria da angústia relacionada a ausência da mãe no que tange os conflitos infantis. Portanto, a fobia é uma forma de projetar essa angústia para um objeto externo. Não necessariamente o sujeito precisou entrar em contato com esse objeto que aterroriza e que causa medo, mas é necessário que esse seja um objeto fobógeno sobredeterminado. Isso significa, nas palavras do autor:

Este objeto não surge da noite do Nada, ele provocou, em determinadas circunstâncias, um afeto no sujeito. A fobia é a presença latente desse afeto sobre o fundo do mundo do sujeito; há organização, formação. Pois,

naturalmente, o objeto não tem necessidade de estar presente, é suficiente que ele *seja*: ele é uma possibilidade. Este objeto é dotado de intenções más e de todos os atributos de uma força maléfica. No fóbico, há prioridade do afeto em detrimento de todo pensamento racional. (FANON, 2008, p. 137)

E já que o pensamento fóbico é pré-lógico, Fanon (1952/2008) ainda considera uma outra situação paradoxal. Apesar da superioridade narcísica do branco, há uma situação em que o branco vê o negro como um símbolo fálico, ou seja, como uma potência sexual. Diante desse símbolo e desse sentimento de inferioridade em relação a virilidade do negro, o branco lincha o negro como uma espécie de vingança sexual, pois “o preto é castrado. O pênis, símbolo da virilidade, é aniquilado, isto é, é negado.” (FANON, 2008, p.142).

Na leitura de Fanon, é possível observar vários estudos que o autor realizou em 1952, por meio de associações livres que indicavam o quanto os europeus brancos consideravam e reduziam o preto ao biológico. O branco então sente necessidade de se defender daquilo que pode produzir uma inferiorização, ou seja, “ele tem necessidade de se defender deste ‘diferente’, isto é, de caracterizar o Outro. O Outro será o suporte de suas preocupações e de seus desejos.” (FANON, 2008, p.147).

Ainda alinhado a este conceito de negrofobia, Fanon (2008) afirma que o antilhano, mesmo sendo negro também se constituía como negrófobo. Para Fanon havia uma imposição cultural irrefletida, pois “o negro antilhano é escravo desta imposição cultural. Após ter sido escravo do branco, ele se auto-escraviza. O preto é na máxima acepção do termo, uma vítima da civilização branca.” (FANON, 2008, p. 162). É como se dentro de todo o processo o negro precisasse combater a própria imagem. O autor também observa outras imposições neuróticas que atingem o negro ao perceber-se enquanto ser negro. Fanon (2008) diz que a percepção do preto é a percepção do que está atrelado ao pecado, a treva, ao Mal. Ao constatar a negritude e a forma de resolver o conflito, o negro encontra duas soluções:

Eu peço aos outros que não prestem atenção à minha cor, ou, ao contrário, quero que eles a percebam. Tento, então, valorizar o que é ruim – visto que, irrefletidamente, admiti que o negro é a cor do Mal. Para pôr um termo a esta situação neurótica, na qual sou obrigado a escolher uma solução insana, conflitante, alimentada por fantasmagorias, antagônica, desumana enfim, – só tenho uma solução: passar por cima deste drama absurdo que os outros montaram ao redor de mim, afastar estes dois termos que são igualmente inaceitáveis e, através de uma particularidade humana, tender ao universal. (FANON, 2008, p.166).

Nesse sentido, desde 1952, a proposta de Fanon (2008) é que para que ocorra essa tendência ao universal deve haver uma certa desracialização das relações

sociais. Visto que branco e negro são pares dialéticos de um mesmo sistema criado pela modernidade burguesa e pelo sistema colonial e que tanto o branco como o negro são construções desse poder colonial.

Fanon e a crítica a branquitude: Outro aspecto a ser considerado é o de que Fanon (2008) vai apontar que a branquitude é tida como a racialização daquilo que é universal (característica que já foi citada algumas vezes neste trabalho). Fanon (2018) analisa essas considerações e acrescenta que “há uma tendência (colonial) do ocidente capitalista em impor as suas particularidades espaço-temporais como expressões universais do gênero humano.” (apud FAUSTINO, p. 127, 2017). Faustino (2017) também comenta sobre essa racialização definir oportunidades e barreiras aos diferentes indivíduos ao longo da vida e o quanto o “branco” em nosso imaginário representa uma expressão universal da pele em todos os aspectos, como, por exemplo na religião, estética, filosofia, história, etc. O tópico a seguir será em relação a discussão de sujeitos que enxergam a branquitude, porém assumem uma postura neutra em relação a nossa estrutura racista.

2.1.6 Invisibilidade X Neutralidade

Miranda (2017) fala sobre autores que se dividem quanto a concepção da invisibilidade da branquitude. Há autores que acreditam nesse processo de invisibilidade em que brancos não se enxergam como pertencentes de uma raça, apenas quando estão em relação com outras raças e aí consideram, por exemplo, o negro como ser racializado e ele como um ser que não pode ser categorizado e há autores que acreditam que a branquitude não é invisível para os brancos. Entretanto, Miranda (2017) busca diferenciar o branco que se enxerga enquanto pertencente a uma raça e o branco que é capaz de enxergar os seus privilégios advindos de seus fenótipos. A partir dessa diferenciação é possível observar pelo autor um aprofundamento e um foco maior em relação a questão de como os brancos enxergam os próprios privilégios e não se estes se enxergam enquanto partes da raça branca, uma vez que “ter consciência da sua racialidade, da própria branquitude, não garante a essa pessoa uma percepção automática sobre os próprios privilégios” (MIRANDA, 2017, p. 56).

Ainda neste texto, o autor cita sua pesquisa que busca entender esse processo de invisibilização com cantores rappers brancos/as e se estes reconhecem os privilégios por conta da cor de suas peles. A primeira hipótese levantada pelo autor sobre essa invisibilidade se refere ao pouco convívio social entre brancos e negros. Os cantores Fábio Brazza e Preto Du afirmaram maior reconhecimento de privilégios por conta de suas raças após conviverem com pessoas negras. De acordo com esta hipótese levantada por Miranda (2017), é possível relacioná-la com Diangelo (2018) em um dos fatores que inculcam a fragilidade branca - mencionada anteriormente neste trabalho – que é a segregação.

“os brancos vivem vidas predominantemente segregadas em uma sociedade dominada por brancos, eles recebem pouca ou nenhuma informação autêntica sobre racismo e estão, portanto, despreparados para pensar sobre isso criticamente ou com complexidade” (DIANGELO, 2018, p. 41).

Outro aspecto analisado por Miranda (2017) foi o de que alguns cantores ainda estão na condição de impercepção e invisibilidade sobre os próprios privilégios, pois afirmam que todas as conquistas no campo da música evidenciam somente os próprios méritos e esforços, denotando uma ação individual que desconsidera o racismo como parte de uma estrutura. Outros quatro rappers apresentaram uma crença imprecisa do problema estrutural e intuíram algumas situações que pudessem estar sendo privilegiados, mas afirmaram não conseguir fazer uma reflexão mais

aprofundada sobre o tema. Desse modo, Miranda (2017) realizou uma diferença conceitual entre invisibilidade x neutralidade para melhor exemplificar as atitudes dos sujeitos frente a essas questões levantadas pelo autor.

Quadro 1 – Invisibilidade e Neutralidade

Invisibilidade	Neutralidade
Inconsciência, constante ou não, da situação de privilégios.	Consciência constante da situação de privilégios.
Posicionamento passivo, não dissimulado, não intencional de acomodação frente aos privilégios.	Posicionamento ativo, dissimulado, intencional de omissão e indiferença frente aos privilégios.
Ausência de autocrítica – causada pelo olhar imperceptível sobre os próprios privilégios.	Ausência de autocrítica – motivada pelo desejo se manter na zona de conforto.
Indiretamente, acaba por colaborar para a manutenção dos privilégios.	Colabora diretamente para manutenção dos privilégios.

Fonte: Miranda, 2017, p.61.

Após as definições conceituais do quadro acima, Miranda (2017) revela que a partir de uma agitação externa, esta rompe o conforto do sujeito branco e o ajuda na construção de um autoexercício crítico em relação a própria raça e seus privilégios. Dessa forma, o indivíduo sai da posição de invisibilidade, entretanto, ao se deparar com a complexidade desses exercícios críticos o sujeito pode assumir uma posição de neutralidade. O autor ainda comenta a dificuldade que as pessoas podem ter ao se deparar com tais temas, pois na branquitude “a desigualdade é naturalizada, internalizada no cotidiano como o normal. Como perceber o próprio privilégio se o que se chama de privilégio é o que se entende como justo? A desigualdade é a norma”. (MIRANDA, 2017, p. 63).

Por fim, Miranda (2017) sugere que a invisibilidade deve ser vista como uma fase, um processo que os indivíduos se defrontam e que por meio de diversas situações, possam manifestar percepção mais crítica em relação a própria raça e a seus próprios privilégios. É com esse referencial que continuo a segunda parte do trabalho que estará focada em delimitar propostas que ajudem aos indivíduos repensarem o racismo, combatê-lo e passem a ter uma percepção mais autocrítica.

2.2 SOBRE O PAPEL DO BRANCO NA LUTA ANTIRRACISTA

Estudar sobre a definição e caracterização do que representa a branquitude nos tempos atuais pode nos ajudar a compreender alguns processos de como brancos se comportam em relação ao racismo. Entretanto, para além da compreensão, o trabalho busca ir mais a fundo em ações que podem ser adotadas e que de fato sejam antirracistas, pois “a prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas”, (RIBEIRO, 2019, p.8). Carreira (2018) também nos convoca a uma proposta antirracista em que se deve passar do estágio da branquitude crítica, ou seja, daquela branquitude que reconhece o racismo na sociedade, para o estágio em que se tenha uma branquitude antirracista. Assim, a autora nos possibilita pensar em uma implicação mais ativa dos sujeitos brancos.

Ribeiro (2019) conta que refletiu sobre sua condição racial desde pequena quando começou a ouvir xingamentos na escola. Ela afirma que ser negra era a diferença naquele espaço (majoritariamente composto por brancos) e que isso passou a exercer grande impacto em sua autoestima. Naquele ambiente, a autora pôde observar que o lugar social que crianças brancas e negras ocupavam eram diferentes e que somente crianças negras conseguiam enxergar essa violência cotidiana ao passo que esta violência se tornou naturalizada pelas pessoas brancas, pois “ainda que uma pessoa branca tenha atributos morais positivos— por exemplo, que seja gentil com pessoas negras —, ela não só se beneficia da estrutura racista como muitas vezes, mesmo sem perceber, compactua com a violência racial”, (RIBEIRO, 2019, p.14). A autora também comenta o quanto pessoas negras são reduzidas a estereótipos e o quanto muitas pessoas automaticamente associam pessoas negras a cargos subalternos ou supõem que negros tenham preferências musicais relacionadas ao samba. (RIBEIRO, 2019). Além disso, ela também chama a atenção para outro fator que acontece nos dias atuais: o tratamento condescendente com pessoas negras (disfarçados de elogio).

Ribeiro (2019) também observa o quanto os espaços possuem apenas uma referência estética relacionada a cultura europeia, dessa forma ela frisa alguns movimentos culturais importantes que valorizam o protagonismo do povo preto como, por exemplo, o Teatro Experimental do Negro fundado em 1944, projeto Amazônia negra, série Cadernos Negros e entre outras referências culturais. Esses espaços e ações possibilitam enxergar a negritude e branquitude.

Como mencionado na parte introdutória deste trabalho, muitos brasileiros afirmam acreditar na existência do racismo, porém não se reconhecem como pessoas racistas. De acordo com a autora, grande parte desse silenciamento e omissão (tópicos que também foram discutidos neste trabalho) estão relacionados ao mito da democracia racial. A autora conta que Gilberto Freyre em sua obra “Casa grande e senzala” explica que por meio do processo de miscigenação e das leis que não eram mais segregadoras (após a abolição da escravatura), o racismo passou a se dissipar. Entretanto, o sociólogo naturalizou o processo de miscigenação e a violência que muitos negros passaram. Esse mito da democracia racial contribuiu para que muitas pessoas não enxergassem o problema que o racismo causou e causa até os dias atuais. Dessa forma, é imprescindível ter acesso e buscar informações de como o racismo opera no Brasil e de que forma, por meio do autoquestionamento, cada um pode contribuir com atitudes antirracistas. Isso se relaciona também a uma coragem para nomear os tipos de opressão, “reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo. Não tenha medo das palavras ‘branco’, ‘negro’, ‘racismo’, ‘racista’,” (RIBEIRO, 2019, p. 12).

Quando a autora fala sobre o reconhecimento do racismo, ou seja, da nomeação daquilo que oprime, podemos pensar também no papel que os sujeitos brancos podem ocupar diante dessa estrutura.

Enfrentar e sustentar desconfortáveis conversas, desestabilizar e reinventar perspectivas, promover aprendizagens e reeducar relações raciais, repactuando novas bases para a confiança e alianças políticas, que resultem em ações transformadoras mais articuladas e efetivas. (CARREIRA, 2018, p. 128).

Ribeiro (2019) discorre sobre reconhecer os privilégios da branquitude e de que forma pessoas brancas podem se articular na discussão antirracista. Isto significa que o lugar de fala se refere a uma posição que deve ser discutida a partir do próprio lugar social. Observar a própria posição social significa observar a própria experiência como sujeito e também analisar se o pertencimento ao grupo faz parte do grupo oprimido ou opressor. A responsabilização de pessoas brancas pode ser vista por meio de atitudes que desnaturalizam a opressão estrutural que negros sofrem. Essas atitudes são indispensáveis, como, por exemplo, questionar a ausência de pessoas negras em posições de poder, espaços acadêmicos e entre outras posições que protagonizam o sujeito, visto que “a população negra é a maioria no país, quase 56%, o que torna o

Brasil a maior nação negra fora da África, a ausência de pessoas negras em espaços de poder deveria ser algo chocante”. (RIBEIRO, 2019, p.17).

Outra orientação significativa concerne a todos nós assumirmos uma postura incômoda na luta antirracista. Isso significa estar sempre atento a nossas atitudes, privilégios e também a linguagem e a que tipo de expressões recorreremos e corrigi-las sempre que necessário. Essa postura incômoda pode se relacionar ao que Diangelo (2018) trata em seu dossiê (mencionado anteriormente neste trabalho) sobre pessoas brancas possuírem o “conforto racial”, pois não estão acostumadas a lidar com o estresse proveniente da discussão das raças. Assumir essa postura é ir contra esse conforto racial.

Outras atitudes como buscar estudar sobre o assunto principalmente com fontes de pessoas negras é imprescindível, mas devemos ficar atentos a não recorrer a pessoas negras apenas como fonte de pesquisa, pois é nosso papel a busca pela informação. Atitudes em relação as novas gerações podem ser vistas no questionamento das escolas se estas aplicam a Lei n. 10639/2003 que obriga o ensino da história africana e afro-brasileira. Soluções como apresentar personagens negros de contos infantis para crianças e vale ressaltar que precisam ser personagens que fogem do estereotipo do negro. (RIBEIRO, 2019).

Não podemos nos satisfazer com pouco. Apesar de termos avançado nas últimas décadas, não podemos achar que foi o suficiente. Não basta ter um ou dois negros na empresa, na TV, no museu, no ministério, na bibliografia do curso. Se disserem que ser antirracista é ser “o chato”, tudo bem. Precisamos continuar lutando. (RIBEIRO, 2019, p. 22).

Segundo a autora, as políticas públicas e conseqüentemente as ações afirmativas vêm mostrando um papel transformador na sociedade. O racismo é estrutural e por isso as pessoas com mais oportunidades de ingressar em universidades públicas são pessoas que estudaram a vida inteira em colégios particulares e puderam dedicar toda a suas vidas em seus estudos ao contrário de muitas pessoas negras que precisaram trabalhar e estudar em colégios públicos e estaduais. Os argumentos utilizados para contrariar ações afirmativas, como, por exemplo, as cotas raciais, são em relação a capacidade de pessoas negras entrarem nas universidades públicas sem precisarem de um sistema de cotas, entretanto as cotas tratam-se de oportunidades e não se referem a capacidade de pessoas negras entrarem ou não nos espaços acadêmicos. Para contrariar a ideia das cotas raciais e de outras ações afirmativas, muitas pessoas tendem a romantizar e naturalizar

peças negras que se destacaram e conseguiram ingressar em universidades públicas mesmo enfrentando inúmeras dificuldades, porém “naturalizar essas violências e usá-las como exemplos que justifiquem estruturas desiguais é não só cruel, como também uma inversão de valores.” (RIBEIRO, 2019, p. 25).

Outra expressão que a autora comenta que muitos brancos utilizam é a de que pessoas cotistas negras roubam as vagas de pessoas brancas, como se aquelas vagas pertencessem a elas por direito. Com isso, é possível observar o impacto que o racismo exerce em todas as estruturas e nos mais diversos comportamentos.

No que se refere o mercado de trabalho. Este é um dos espaços mais importantes para se transformar e lutar contra o racismo. Esse ambiente corporativo mostra-se ainda mais racista, pois decorre da herança escravista que o mundo do trabalho especificamente herdou. Ribeiro (2019) utiliza o termo “negro único” para se referir a empresas que para se isentarem da discussão racista e ao mesmo tempo mostrarem-se “politicamente corretas” contratam somente uma pessoa negra para trabalhar na empresa. Não basta uma pessoa negra estar na empresa, pois não se trata somente de representatividade, mas também se trata de proporcionalidade. Ribeiro fala sobre a importância de realizar o questionamento do status quo da empresa:

Qual a proporção de pessoas negras e brancas em sua empresa? E como fica essa proporção no caso dos cargos mais altos? Como a questão racial é tratada durante a contratação de pessoal? Ou ela simplesmente não é tratada, porque esse processo deve ser ‘daltônico’? Há, na sua empresa, algum comitê de diversidade ou um projeto para melhorar esses números? Há espaço para um humor hostil a grupos vulneráveis? (RIBEIRO, 2019, p. 28).

Pontos importantes trazidos pela autora se referem o quanto uma empresa pode estar mais propensa a violências racistas devido à falta de pessoas negras naquele ambiente. Além disso, ela conta sobre a equidade e a importância de empresas destinarem uma parte de seus cargos a grupos e classes diferentes, pois isso promove reflexão sobre todos serem sujeitos e capazes de realizar as mais diversas funções. Nos últimos tempos, diversas empresas fazem consultorias especializadas em políticas de diversidade e isso contribui significativamente para que haja uma corporação que se preocupe em ser antirracista.

Em relação às produções acadêmicas, quando Ribeiro (2019) coloca como necessidade de buscarmos autores e produtores do saber que sejam negros não é somente por serem negros, mas novamente ela coloca a pontuação de que se mais

da metade da população é negra, porque suas produções intelectuais não chegam no ambiente acadêmico? É possível observar essas ações de aniquilamento da produção de saberes de pessoas negras e principalmente exclusão dos saberes de mulheres negras por meio então, do termo epistemicídio, que deve ser entendido como um processo que exclui autores negros que contribuíram academicamente e que desvaloriza todo o saber produzido por essas pessoas não brancas. Essa desvalorização busca apagar toda a cultura de um povo resultando na depreciação ainda maior de um grupo e na valorização do grupo branco hegemônico, então o “privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder. É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram”. (RIBEIRO, 2019, p. 34).

Outro aspecto importante se refere ao questionamento da cultura consumida por todos nós. Refere-se também a observar que mesmo pessoas consumindo culturas africanas e negras, não significa que essas mesmas pessoas se preocupem automaticamente como essa população negra vive nos dias atuais. Até porque, consumir uma cultura com pessoas negras envolvidas em determinada obra não significa que o negro está sendo retratado de forma positiva, pois muitas vezes ele é retratado de forma estereotipada que reforça ainda mais o preconceito e a discriminação racial. É o caso do racismo televisivo em que diversos personagens negros são retratados como “bandidos” e muitos atores brancos interpretam papéis de pessoas pretas pintando a cara de preto exemplificando a *black face*. Nesse caso, toda a representação cultural está sendo esvaziada de sentido. (RIBEIRO, 2019). Além do racismo televisivo citado acima, a autora ainda fala sobre um tipo de racismo recreativo mencionado por Adilson Moreira, professor de direito antidiscriminatório. Ele explica que esse tipo de racismo utiliza o humor para encobrir o preconceito e a hostilidade em relação a raça. Assim se faz necessário se atentar a que tipos de papéis essas pessoas negras representam. Observar também se a cultura negra está sendo expropriada/apropriada por pessoas brancas, essas atitudes também contribuem para impactar a estrutura racista.

Ribeiro (2019) também fala sobre as esferas do relacionamento que mulheres negras se envolvem. A autora afirma que mulheres negras são as que mais sofrem violência sexual no Brasil e isso está atrelado ao pensamento racista e colonial de que mulheres negras são mais sensuais e permissivas. Deve-se atentar também a posição

ultrassexualizada e exotizada que mulheres negras são colocadas. Um indivíduo branco assumir uma relação afetiva com uma pessoa negra não deve se afirmar antirracista como se a relação afetiva fosse um escudo dessas ações antirracistas, dessa forma “ao amar alguém de um grupo minorizado, deve-se entender a condição do outro, para que se possa, de fato, assumir ações para o combate de opressões das quais a pessoa amada é vítima”. (RIBEIRO, 2019, p. 44). A autora também fala da esfera do relacionamento por conveniência em que pessoas brancas tratam bem as pessoas negras somente por conveniência, ou seja, só há respeito enquanto a pessoa negra não sai da condição que o branco o colocou e isso também se relaciona a lógica colonial. Um exemplo disso são relações em que uma empregada doméstica negra só é bem tratada porque permanece naquela condição, caso deseje sair do emprego ela é automaticamente maltratada.

Antes de apontar o grave aspecto do sistema judiciário e do quanto ele contribui para que ocorra o genocídio da população negra no Brasil, devemos entender historicamente alguns fatores que contribuem para que continue ocorrendo esse genocídio e também a naturalização de toda essa violência. Historicamente, em 1941 foi fundada a “Lei da Vadiagem”, que consistia na prisão de pessoas que estivessem na rua sem um emprego definido. (RIBEIRO, 2019). Curiosamente, a taxa de desemprego era maior entre homens negros, justamente esses homens que vinham enfrentando todas as terríveis condições que foram herdadas após a abolição da escravatura, como dito no início deste trabalho.

De acordo com diversas pesquisas apontadas por Ribeiro (2019) como: Anistia Internacional, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e entre outras, é comprovado que “a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil”, (RIBEIRO, 2019, p. 46) e que 71,5% dos negros são assassinados, sendo que entre 2006 e 2016 a taxa de homicídios aumentou 23,1%. A autora ainda relata que somente os casos mais brutais chegam às mídias causando uma repercussão momentânea e depois naturalizada novamente. Por isso, quando conversamos sobre segurança pública, devemos ter em mente que muitas vezes o que integra essa ideia de “segurança pública” é a morte de jovens negros. Em relação ao sistema prisional, a maioria das condenações são realizadas somente de acordo com a palavra de policiais que realizaram a prisão e isso não deveria ser considerado como elemento suficiente, já que houve diversas comprovações de casos de abuso policial, como, por exemplo, o caso citado pela autora em que “um homem negro teve sua condenação a quatro anos

e onze meses de prisão pelo ‘tráfico’ de 0,02 grama de maconha mantida pelo Superior Tribunal de Justiça”. (RIBEIRO, 2019, p.47).

Ainda sobre o sistema carcerário, temos a Lei n. 11.343 de 2006 que buscou diferenciar traficante e usuário, o problema reside no fato que essa diferenciação é subjetiva de acordo com o que cada policial e juiz julgam.

O critério subjetivo acentua a já profunda discriminação racial. Para comparação, não há violência policial em ambientes ricos, como festas universitárias, mesmo sabendo-se do uso de drogas nesses lugares, como ocorre nas periferias. Há, portanto, um contexto de criminalização da pobreza. (RIBEIRO, 2019, p. 47).

Dessa forma o termo “guerra às drogas” serve como um pretexto para que ocorra uma guerra contra a população negra. Ribeiro (2019) cita a advogada estadunidense Michelle Alexander que faz uma tese sobre a guerra às drogas ser um projeto feito pelas elites políticas e midiáticas, pois a guerra às drogas serviria como uma porta de saída e válvula de escape conveniente para o ódio as pessoas negras, já que nos dias atuais é proibido o preconceito racial explícito, mas ainda é permitido odiar criminosos. A proposta de Djamilia Ribeiro (2019) é a de questionar qual é o valor colocado em um corpo branco e em um corpo negro. É importante o engajamento em organizações¹ que questionam o Estado e seus abusos decorrentes.

Diante dessas orientações em relação as medidas para combater o racismo e acessarmos uma sociedade mais justa e igualitária, é relevante também nos atermos aos desafios da luta antirracista.

¹ Iniciativa Negra; Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio; Projeto Movimentos; Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; entre outros

2.3 DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA LUTA ANTIRRACISTA

Jesus (2017) propõe um pensamento formulando as bases que continuam a sustentar a branquitude, mesmo depois de tanta luta dos movimentos negros contra o racismo e contra a manutenção dos privilégios que a hegemonia branca detém. A autora aborda três aspectos - que funcionam como um tripé - que sustentam a branquitude, “fazem parte desse tripé: a construção negativa de subjetividades individual e/ou coletiva; a negação de direitos para negros; e a descaracterização da discussão racial”, (JESUS, 2017, p.81). Isso nos possibilita a entender quais os desafios na construção da luta antirracista subsidiando ainda mais artifícios para reconhecer o desafio e superá-lo.

De acordo com Jesus (2017), a construção negativa de subjetividades individual e/ou coletiva se refere ao conjunto de valores negativos construídos em relação ao negro no que tange a sua inteligência, padrão de beleza, e entre outros adjetivos. Não será dado enfoque a esse aspecto pois este já foi discutido nos tópicos anteriores. A negação de direitos para negros se refere a políticas de exclusão e à medida que os direitos são negados para pessoas negras, pessoas brancas acabam usufruindo e se beneficiando daquilo que foi negado. A descaracterização da discussão racial pode se relacionar um tanto com a tese de Bento (2002) acima que discute o silêncio e a omissão do grupo hegemônico em relação ao grupo subordinado. Jesus (2017) fala que a descaracterização da discussão racial denota uma série de obstáculos que impedem o diálogo sobre as relações raciais, predominando uma sociedade que fortalece estereótipos e achismos sobre o que pensam do racismo. Além disso, “as tentativas de problematizar situações compreendidas como racistas recaem, muitas vezes, sobre acusações de vitimização, falta de esforço pessoal e oportunismo”, (JESUS, 2017, p.85).

Assim o que pode ser observado em sua tese é de que o privilégio branco (constituído por esse tripé das mazelas sociais) é a principal base de sustentação do racismo, ou seja, para manter os próprios privilégios, a branquitude nega possibilidades que vão permitir qualquer perspectiva de ascensão para pessoas negras. Então, o que é importante destacar é que o privilégio não só funciona como uma vantagem para os brancos, mas também como uma barreira para a ascensão dos negros.

3 MÉTODO

TIPO DE PESQUISA

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, quanto à natureza ela é básica/pura, quanto aos objetivos a mesma é exploratória e quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica.

De acordo com Gil et al.,(2002) a pesquisa exploratória trata de aprimorar ideias, as quais se apresentam de forma flexível possibilitando diversos aspectos em relação a determinado tema. O tipo de delineamento dessa pesquisa exploratória é por meio de levantamentos bibliográficos em relação a produções sobre o assunto. O método foi realizado em duas fases. A primeira fase foi realizada a coleta de fontes bibliográficas, na qual foi feito o levantamento de algumas bibliografias existentes. Para Lima e Miotto (2007) “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”. (p.38). A segunda fase foi realizada a observação e análise para então, realizar a produção do trabalho.

A pesquisa é de natureza básica/pura, pois “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista”. (FANTINATO, 2015, p. 15).

INSTRUMENTOS OU FONTES BIBLIOGRÁFICAS

Para essa pesquisa de abordagem qualitativa foram utilizadas as fontes bibliográficas como instrumento de trabalho científico, sendo realizada a leitura dos textos relevantes e previamente coletados.

Marconi e Lakatos (2003, p. 190) definem observação como “uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”.

PLANO PARA COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foram escolhidos os livros e artigos presentes nas Referências, descritas no final do trabalho. Visto que o delineamento do estudo já foi abordado anteriormente e que o trabalho fala sobre a branquitude e seu papel na luta antirracista, a busca pelos textos foi realizada a partir dos seguintes descritores: branquitude, branquidade, racismo, práticas antirracistas, relações raciais. Após a

seleção de artigos, teses e livros foi realizada a leitura destes e a seleção para o que iria compor melhor o trabalho de acordo com os objetivos geral e específicos. Dessa forma, foram excluídos os assuntos que não diziam respeito diretamente ao tema em estudo e incluídos os textos que pudessem ampliar e caracterizar os assuntos relevantes ao tema proposto para a pesquisa.

PLANO PARA ANÁLISE DE DADOS

Como esta pesquisa possui cunho qualitativo, a observação mencionada anteriormente foi utilizada como técnica para realizar a apreensão da realidade. No que concerne o aspecto qualitativo, como Gil et al. (2002) explicam, ocorre uma “reflexão e interpretação à medida que a análise progride, o que faz com que a ordenação lógica do trabalho se torne significativamente mais complexa”. (p. 90). A observação nesta pesquisa qualitativa foi utilizada para entender de maneira mais aprofundada o que motiva a branquitude a agir de determinado modo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o trabalho de pesquisa sobre a caracterização da branquitude, foi possível analisar e caracterizar a branquitude como raça e dessa forma este grupo precisou ser entendido como um constructo ideológico com características que não são inerentes, mas que são formados por aspectos socialmente construídos em um processo complexo. (FRANKENBERG, 2004).

No que se refere a percepção do racismo como fenômeno ideológico e como um fenômeno naturalizado, Almeida (2018) comenta sobre “ter se despertado” para questões raciais na observação da segregação não oficial entre negros e brancos em determinados espaços sociais, como - já mencionado neste trabalho - nos ambientes acadêmicos. Diante dessa segregação, ocorre uma naturalização que por meio de diversas explicações tentam justificar esse fenômeno. Explicações racistas como a de que pessoas negras são menos preparadas para a vida intelectual ou que pessoas negras ocupam cargos subalternos por meio de escolhas individuais. Entretanto, a interferência de processos históricos e do domínio da supremacia branca politicamente construída se faz presente. Ainda assim, Almeida (2018) acredita que na cultura popular, ainda existem muitas crenças na desvalorização inferior do negro que justifica os cargos subalternos de ocupação e essa crença surge também por parte das pessoas negras. Dessa forma a naturalização do racismo deve ser entendida de maneira que “o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais”. (ALMEIDA, 2018, p. 44). A desigualdade racial passa a ser vista de forma “racional” por meio do racismo que fornece um sistema de ideias. Essas ideias constituem indivíduos que não se abalam diante da discriminação e da violência racial que se tornam “normais” e “naturais”.

A branquitude se constitui por uma gama de práticas e ideologias que mantém pessoas brancas na apropriação indébita de privilégios simbólicos e materiais além de se constituírem por pessoas brancas que não se enxergam como pessoas racializadas e sim como pessoas universais que ocupam uma estrutura e um lugar social marcado como um “ideal a ser seguido”. Essa apropriação indébita de privilégios é fruto da relação colonial que ficou dividida entre os grupos opressores (colonizadores) e os grupos dominados (escravizados). (SILVA, 2017).

Dentro desse processo da relação colonial, ocorreu a ideologia do branqueamento no Brasil que deixou marcas até os dias atuais, como:

- 1) justificar a “democracia racial” (considerada um mito) por meio do argumento da miscigenação, a qual foi vista erroneamente como um processo natural;
- 2) impedir e dificultar uma noção de pertencimento étnico-racial positiva no que se refere a construção da identidade da população negra;
- 3) construir uma necessidade na pessoa não branca de atingir padrões da classe hegemônica à fim de sofrer menos discriminação racial;
- 4) recusa da ancestralidade africana por pessoas pretas;
- 5) desvalorização física e intelectual da própria raça preta;
- 6) dificuldade das pessoas negras em construir uma identidade política e coletiva. (PANTA; PALLISSER, 2017).

No que se refere à dificuldade da construção de uma identidade política coletiva, é possível observar que pessoas negras não compreendem a luta pelos seus direitos, pois possuem em vista um ideal branco a ser seguido, logo, renegam as próprias origens e ancestralidade. A escravidão formou uma sociedade discrepante, desigual e racista. Assim, temos a branquitude, a qual é vista neste trabalho como uma identidade racial branca que goza de privilégios decorrentes dessa sociedade desigual. Por outro lado, temos pessoas não brancas (neste trabalho especificamente pessoas negras) que são esse fruto desigual da distribuição de poder e que sofrem diversas consequências devido a essas vantagens que a branquitude goza e perpetua.

Como Fanon (2008) aponta o termo “imposição cultural irrefletida”, denota que tantos anos de escravidão possibilitariam uma auto-escravização de pessoas negras, as quais se desvalorizam de diversas formas e que são retratadas pelas pessoas brancas de forma estereotipada. Ao longo dos anos, esse estereótipo surgiu de um medo que foi introjetado pela própria branquitude. Assim, o negro passou a ser um objeto fobógeno sobredeterminado, pois ele ficou instaurado de forma latente nessa condição relacionada a treva, ao pecado, a tudo aquilo que é maléfico. A mera existência do negro surge como uma possibilidade para que outras pessoas sintam esse medo. Esse medo introjetado pela branquitude está na gênese de processos de estigmatização que tem como alvo preferencial os grupos politicamente minoritários construídos como objetos de preconceito e discriminação ao longo da história. (BENTO, 2002).

Para que a branquitude permaneça como classe hegemônica, é feito esse movimento de se defender do que é considerado diferente, daquele que é considerado o outro e esse movimento foi possível de se observar por temas retratados e estudados no trabalho como a: ideologia do branqueamento, a fragilidade branca, o silenciamento e omissão em relação ao racismo no Brasil, o pacto narcísico da branquitude, a neutralidade da branquitude e entre outros aspectos.

Diante do exposto, a branquitude se apresenta no cotidiano como uma identidade racial que considera a situação brasileira econômica, política e social como situações decorrentes de simples processos meritocráticos e individualistas, os quais justificam e tornam legítima a violência, o racismo, o encarceramento e genocídio em massa da população negra, o acesso desigual à saúde, a educação, a moradia, o lazer, a cultura, a diferença na taxa de analfabetismo entre pessoas brancas e negras, os danos a integridade física e mental da população negra.

Quando esses direitos básicos são reivindicados pela população negra, a branquitude então se apresenta de forma neutra, indiferente e até mesmo em um movimento de oposição a conquista desses direitos básicos, pois enxergam a própria raça e o grupo a qual pertence como um espaço de normatividade e de direitos por natureza, justamente por serem o que são, ou seja, pessoas brancas (MIRANDA, 2017). Ao se enxergarem dessa forma, são impedidas de enxergar para além de suas próprias realidades e para além do próprio grupo de pertencimento. Assim, esse trabalho também desvela que pessoas brancas mostram a impossibilidade de reconhecer e aceitar a alteridade, demonstrando uma tendência à dominação e subjugação desse *Outro*. Pessoas brancas ao reivindicarem direitos, o fazem quando tais direitos são direcionados ao próprio grupo (pacto narcísico), caso contrário, frente as injustiças contra pessoas negras permanecem silenciosas, omissas e descompromissadas politicamente com esse *Outro*.

A branquitude ao ser acusada de tais comportamentos como, o silenciamento, a omissão e a própria manutenção de privilégios, se mostra com diversas facetas relacionadas ao estresse racial a que são afrontadas mostrando sua própria fragilidade. Essa fragilidade serve também para nos alertar do quanto as questões raciais para pessoas brancas se mostram como um tópico dispensável e o quanto estas pessoas se reconhecem como a “norma”. O mínimo estresse racial indica a ocorrência de uma série de movimentos defensivos por pessoas brancas, como, por exemplo, se expressar com raiva, medo, culpa e se comportar discutindo, silenciando

e abandonando a situação que gera estresse para que seja restabelecido o equilíbrio racial branco. O privilégio para as pessoas brancas pode ser entendido como uma legitimação do direito a determinado recurso e também uma permissão que evite contestar esse direito. (DIANGELO, 2018).

No entanto, é possível observar a partir dos estudos sobre *critical whiteness studies* que o movimento acadêmico vem se desconstruindo em relação ao objeto de estudo e a integração no que se refere maior responsabilidade de pessoas brancas na luta antirracista. Além do movimento acadêmico nessa direção, há muitos movimentos fora dessas áreas que também se articulam por meio de políticas públicas e de outras ações que visam olhar o racismo como um fenômeno ideológico que nos atravessa e que convoca a todos assumirem um compromisso e um papel ativo contra o racismo.

Assim, foi possível observar e caracterizar todos os objetivos específicos no trabalho. Para tornar o estudo mais didático, foi realizado um quadro comparativo em que são elucidados os principais conceitos de alguns dos autores citados neste trabalho à fim de permitir melhor aprendizado e apreensão do tema.

Silva (2017)	Frankenberg (2004)	Diangelo (2018)	Bento (2002)	Fanon (1952/2008)	Jesus (2017)
Branquitude é vista como dispositivo analítico.	Branquitude se apresenta como identidade não marcada.	Fragilidade Branca é resultado das vantagens sociais da branquitude.	Branquitude é silenciosa e omissa em relação as desigualdades raciais no Brasil.	Branquitude é tida como racialização daquilo que é universal.	Propõe um tripé que sustenta a branquitude: a construção negativa de subjetividades individual e/ou coletiva; a negação de direitos para negros; e a descaracterização da discussão racial.
Branquitude é ferramenta capaz de fazer emergir o pensamento racial.	Branquitude se apresenta como normativa em vez de racializada.	Fatores que estimulam a fragilidade branca: Segregação; Universalismo e Individualismo; Direito ao conforto racial e Arrogância racial; Pertencimento Racial e Liberdade Psíquica.	Silêncio e omissão se dão devido a: Discriminação racial e defesa de interesses; Do medo do outro; Projeção e Assimilação; Pactos Narcísicos.	Branco introjetaram medo e formaram estereótipos racistas.	O privilégio branco é a principal base de sustentação do racismo.
É resultado da relação colonial que legou determinada configuração às subjetividades de indivíduos e orientou lugares sociais para brancos e não brancos.	A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional.	A branquitude se mostra de forma universal em que nega o significado da raça e as vantagens de ser branco.	A branquitude não associa as desigualdades sociais ao processo de discriminação racial	O preto é uma vítima da civilização branca.	Privilégio branco se apresenta como uma barreira para a ascensão dos negros.

Os últimos pontos de destaque da discussão mostram que os principais conceitos elencados neste trabalho referente aos autores estudados neste quadro, nos mostra o quanto a branquitude passa despercebida e o quanto possui dificuldade de pensar em si mesma, pois é tida como normativa e não racializada, como se fosse uma raça universal. Diferentemente dos estudos acadêmicos ao longo da história, que investigaram muito mais o oprimido do que o opressor, o quadro também possibilita direcionar o foco em estudar a classe hegemônica. Outro dado interessante a ser destacado é o de que é possível observar por meio das datas de publicações que neste trabalho os estudos de Bento (2002), Jesus (2017), Silva (2017) e Diangelo

(2018) marcam e evidenciam o lugar do branco neste conflito racial a partir da indicação dos privilégios e comportamentos destes.

Tanto objetivamente quanto subjetivamente, é possível compreender um ocultamento da dimensão e relevância histórica na sociedade brasileira. A desigualdade é naturalizada e tida como normal e os privilégios simbólicos advindos desde os tempos do colonialismo são preservados até os dias atuais. Ao evitar a discussão da identidade racial branca, reforça-se a defesa de interesses deste grupo hegemônico.

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social, que observamos tão frequentemente no depoimento dos entrevistados, é uma saída permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que, entre os explorados - os pobres - os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida: na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor: qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. (BENTO, 2002, p.28).

Proveniente dos estudos de Hasenbalg citado por Bento (2002), há uma espécie de “acordo tácito” entre os brasileiros em que não se fala sobre racismo ou o racismo é encarado como um problema somente do negro. É possível correlacionar esse apontamento com os dados mencionados na introdução deste trabalho de que 90% da população brasileira reconhece o racismo, entretanto 96% dos brasileiros afirmam não possuir nenhum preconceito racial. Essa contradição apontada desde o início nos mostra tamanha dimensão deste problema estrutural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo bibliográfico sobre a branquitude e sua responsabilidade frente à luta antirracista. A primeira etapa do trabalho consistiu na percepção do que é a branquitude. Assim, a partir da compreensão dessa identidade racial, é possível que pessoas brancas a partir desse ponto realizem um exercício de compreensão e para além disso de responsabilização dentro da luta antirracista que é discutida na segunda parte da revisão de literatura. Pensar no racismo de forma estrutural é entender que a responsabilização individual por atos racistas não acaba com a reprodução da desigualdade social e racial.

Estudar as relações raciais se faz imprescindível para compreender as relações humanas e a constituições das subjetividades. O racismo impacta fortemente a vida de pessoas negras de diversas maneiras. Dessa forma, se faz urgente que toda a sociedade exerça e construa um autoexercício crítico no dia a dia em relação a própria raça. Ações como o questionamento da ausência de pessoas negras em posições de poder; a observação da proporcionalidade de pessoas negras e brancas nos diversos espaços; o combate ao epistemicídio; assumir uma postura incômoda; ser capaz de nomear as opressões; sustentar conversas desconfortáveis; falar a partir do próprio lugar social e entender que pessoas brancas não são o agente central da questão, porém são imprescindíveis na luta como aliados. Não assumir o papel de agente central dessa questão também implica o cuidado em não reproduzir a hegemonia branca e colonial que foi severamente criticada neste trabalho.

Se, como vimos no trabalho, a principal base de sustentação do racismo é o privilégio da branquitude, a qual funciona como uma barreira para a ascensão de pessoas negras, fica a provocação de que se faz necessário encarar o privilégio da branquitude como a raiz do problema. Políticas e outros tipos de implementação devem voltar o foco e a atenção para a identidade racial branca à fim de que todos possam se conscientizar dos privilégios e mais do que isso, questionarem a estrutura operante. Olhar por essa perspectiva nos permite novos resultados e uma soma de forças na luta antirracista. A importância da responsabilização da branquitude é demasiada.

As dicotomias afirmação/negação, falar/calar, reagir/omitir, denunciar/silenciar não são escolhas fáceis a serem tomadas em uma sociedade em que, para negros, a linha tênue entre viver e morrer é um desafio a ser encarado diariamente, o que torna a negociação da cor uma estratégia de sobrevivência nos seus múltiplos significados. (JESUS, 2017, p. 81).

Desta maneira, é contundente realizar o exercício diário da prática de uma alteridade que entre em contato com o outro à fim de conhecê-lo e não de transformá-lo. Como já mencionado, a intolerância em reconhecer o que é diferente provém do medo e da projeção dos próprios sujeitos. Por isso, o trabalho também demonstra o quanto a branquitude possui dificuldade em reconhecer as questões da própria raça e o quanto se faz necessário compreendê-la e criticá-la.

Por fim, fica a sugestão de estudos posteriores em relação as linhas das vertentes de estudo da concepção de branquitude, entender como funcionaria a reconstrução da raça branca para que esta deixe de possuir traços antirracistas e como a outra linha de estudo entende a desracialização da branquitude para que assim o racismo também seja erradicado. Vale ressaltar que este trabalho retrata apenas um recorte das diversas discussões acerca da branquitude. Outro assunto interessante a ser ampliado e discutido em relação a discussão e temática das relações raciais é a invisibilização dos indígenas ao pensar nas discussões sobre as teorias raciais provenientes da razão dual racial branco-negro. Há também a possibilidade de estudos que relacionam o capitalismo como sistema que visa manter o privilégio da branquitude e promover uma ideologia de aniquilamento do oprimido, fica a sugestão de que forma este sistema econômico operaria nestas questões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. C. (ed.). O impacto do racismo na saúde mental e no desenvolvimento de negros (as) no Brasil. **Revistas de Estudos Vale do Iguaçu**: Publicação Científica do Centro Universitário Vale do Iguaçu União da Vitória, União, v. 02, n. 36, p. 60-70, dez. 2020. Disponível em: <http://book.uniguacu.edu.br/index.php/REVI/article/view/353>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. 185f. Tese de Doutorado – Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- _____. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: **Voices**, p. 25-58, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Departamento de Articulação Inter federativa. **Painel de Indicadores do SUS Nº 10: temático saúde da população negra**. 7. ed. Brasília - Df: Impresso no Brasil - Ms, 2016. 83 p. 7 v. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tematico_saude_populacao_negra_v.7.pdf . Acesso em: 28 maio 2021.
- CARDOSO, L. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, 2010.
- _____. **Branquitude, Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba – PR: Appris Editora, 2017, p.125-138.
- CARREIRA, D. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **Sur-Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, n. 28, p. 127-137, 2018.
- DIANGELO, R. Fragilidade Branca. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 35-57, dez. 2018. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/22528/12626 . Acesso em: 1 maio 2021.
- FANTINATO, Marcelo. Métodos de pesquisa. **São Paulo: USP**, 2015.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FAUSTINO, D.M.; FANON, F. A branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas. In: Tânia M. P. Müller e Lourenço Cardoso (orgs.), **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**, v. 1 (Curitiba, Appris, 2017), p. 210-41.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307 – 338.

GIL, A. C. et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação 2019**. Educação 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf . Acesso em: 30 mar. 2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores 2019**. Brasil: Pnad, 2020. 9 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf . Acesso em: 29 jan. 2021.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Juventude e Desigualdade Racial: Menos participação no mercado de trabalho**. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2169:catid=28&Itemid=23 . Acesso em: 25 ago.2021.

JESUS, C. **A persistência do privilégio da brancura: notas sobre os desafios na construção da luta antirracista. Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. São Paulo: Appris, p. 66-79, 2017.

JESUS, C. M. **Branquitude x Branquidade: uma análise conceitual do ser branco**. 2012. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%c3%83%c3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf> . Acesso em: 21 maio 2021.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katal. Florianópolis, 2007, p. 37-45.

LUXEMBURGO, Fundação Rosa; ABRAMO, Fundação Perseu. **Discriminação Racial e Preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2003. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Discriminacao-Racial-Preconceito-Cor-Brasil-1.pdf> . Acesso em: 03 mar. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003. Disponível em: [china-e-india\(ifrn.edu.br\)](china-e-india(ifrn.edu.br)) . Acesso em 28 outubro 2021.

MIRANDA, J. H. A. Branquitude Invisível – pessoas brancas e a não percepção dos privilégios: verdade ou hipocrisia. In: MULLER, T.M.P, CARDOSO, L. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2017, p. 53-89.

PANTA, M.; PALLISSER, N. “Identidade nacional brasileira” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 195, p. 116-127, 2017.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, S. S., FEIJÓ, L. P., FARIAS, T. M., & POLETTO, M. (2020). Parecer Branco para não Ser Discriminado? Revisão Sistemática sobre Estratégias de Embranquecimento. **PSI UNISC**, v.4, n.2, p. 114-130, 2020.

SILVA, M. P. D.; BRANCO, A. U. (2011). Negritude e infância: relações étnico-raciais em situação lúdica estruturada. **Psico**, 42(2), 197-205. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/6516/6521>

SILVA, P. E. O conceito de Branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MULLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no brasil. Curitiba: Appris, 2017. Cap. 1. p. 19-31.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Carlos, v. 1, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.